

OPINIÃO

SOCIALISTA

PALESTINA LIVRE DO RIO AO MAR

LULA, ROMPA RELAÇÕES COM ISRAEL!

Páginas 29 a 39

IMPOSTO DE RENDA

Por que isenção
do governo é
insuficiente e não
ataca os super-ricos

Páginas 20 a 28

NACIONAL

Consignado é armadilha
Rouba do trabalhador
para o banco

Páginas 40 a 46

SEM ANISTIA

Cadeia para
Bolsonaro e todos os
golpistas

Página 47 a 50

O QUE VOCÊ ENCONTRARÁ NESTA EDIÇÃO

Pág. 4 a 5

NOTAS

Hoje e sempre! Mauricléia presente até o socialismo

Pág. 6 a 10

Editorial

RETOMAR A LUTA E A INDEPENDÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA FRENTE AOS PATRÕES E AOS GOVERNOS

Pág. 11 a 14

Partido

O ADEUS E A HOMENAGEM DO PSTU À ZEZÉ, FUNDADORA DA NOSSA CORRENTE NO BRASIL

Pág. 15 a 19

Partido

AMÉRICO, PRESENTE! ATÉ O SOCIALISMO, HOJE E SEMPRE!

Pág. 20 a 28

Nacional

PROJETO DE ISENÇÃO É INSUFICIENTE E NÃO TOCA NOS VERDADEIROS SUPER-RICOS

Pág. 29 a 39

Centrais

ISOLAR O ESTADO DE ISRAEL E OCUPAR AS RUAS PELO FIM DO GENOCÍDIO

Pág. 40 a 46

Nacional

CONSIGNADO É ARMADILHA PARA OS TRABALHADORES E PRESENTE DE LULA AOS BANCOS

Pág. 47 a 50

Nacional

BOLSONARO VIROU RÉU: PUNIÇÃO E CADEIA PARA TODOS OS GOLPISTAS

Pág. 51 a 55

Memória

MAIS DE 300 PERSEGUIDOS DA DITADURA FORAM JULGADOS PELA COMISSÃO DE ANISTIA

Pág. 56 a 60

Lutas

ENTREGADORES REALIZAM GREVE NACIONAL POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

Pág. 61 a 65

Cultura

O QUE FAZ UM JOVEM ODIAR?

Pág. 66 a 70

Movimento

“ATOS DO 1º DE MAIO TÊM QUE SER SEM AMARRAS COM GOVERNOS E PATRÕES”

CONTRIBUA PARA UMA IMPRENSA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

O Opinião Socialista é o jornal oficial do PSTU. Nestes mais de 28 anos, o Opinião sempre se firmou de forma contundente como uma imprensa operária, de esquerda, um contraponto à hegemonia da mídia burguesa. Durante esses anos, o jornal adquiriu diferentes formatos ou periodicidade. Mas esteve sempre ligado à luta de classes.

Para continuar defendendo uma visão socialista do mundo a serviço da classe trabalhadora, o Opinião pede a sua contribuição. Faça uma contribuição e fortaleça uma ferramenta para a discussão de uma estratégia socialista para se mudar de fato a realidade. Confira abaixo como você pode contribuir.

OPINIÃO SOCIALISTA

Banco do Brasil
Agência: 4054-1
Conta: 26751-1
PIX: 55.446.524/0001-00



EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ: 06.021.557/0001-95 /Atividade Principal 47.61-0-01

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO: Diego Cruz, Jeferson Choma, Júlio Anselmo, Luciana Candido e Roberto Aguiar

DIAGRAMAÇÃO: Ana Sbabbo

CONTATOS

📞 Clique aqui e fale conosco pelo WhatsApp

✉️ opinião@pstu.org.br

🏠 Av. Nove de Julho, 925, Bela Vista - São Paulo (SP) CEP: 01313-000

MAURICLÉIA, PRESENTE!

Hoje e sempre até o socialismo!



No dia 2 de abril perdemos mais uma grande lutadora da classe trabalhadora pelo socialismo. Mauricléia Soares dos Santos, ou simplesmente Cléia, foi uma assistente social e militante socialista que, desde os anos de 1980, luta pelos direitos da classe trabalhadora. Nasceu em Natal, capital do Rio Grande do Norte, em 1958 e nos anos 1970 participou dos grandes comícios políticos contra a ditadura militar, junto com o pai e os irmãos.

Por ter sempre a sensibilidade de se indignar diante das injustiças do capitalismo, resolveu cursar Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande Norte (UFRN). Na universidade, se encontra com as lutas estudantis que fervilhavam contra a ditadura. Em 1980, abraça o movimento pela construção do PT. Soma-se na construção da Central Única dos Trabalhadores

(CUT) e na formação de sindicatos, como o das Assistentes Sociais e, em seguida, o do SindSaúde, onde compõe a primeira diretoria da entidade.

Na década de 1990, Cléia se muda para São Paulo e atua como Assistente Social na prefeitura de Diadema até se aposentar. Segue atuando nas lutas da sua categoria e integrou cinco gestões do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo e foi do Conselho Federal de Serviço Social.

Em 2012, Cléia ingressa ao PSTU e inicia o trabalho do partido junto aos trabalhadores e trabalhadoras do serviço social e da saúde. Foi uma militância dedicada à luta revolucionária, à causa das mulheres de combate ao machismo, sempre combinando com a luta contra o racismo. A questão de classe, tanto no Serviço Social quanto nas lutas contras opressões, marcava a intervenção de Cléia. Ela foi por muitos anos ativista da frente pela legalização do aborto de São Paulo, representando o Movimento Mulheres em Luta (MML) e o PSTU.

Cléia deixa um legado de resistência e luta, de dedicação à revolução socialista, por uma sociedade justa e igualitária. Isso nos coloca a obrigação de seguir em frente com seu legado. Nossos pêsames e desejo de força para os familiares – em especial aos nossos camaradas Raimundo (companheiro de Cléia), Nando Poeta (irmão) e seus sobrinhos Maria Psoa, Nanda e Vinícius –, aos amigos e aos militantes do nosso partido.

Retomar a luta e a independência da classe trabalhadora frente aos patrões e aos governos



Ato pelo fim da escala 6x1 na cidade de Belo Horizonte (MG) |Foto: PSTU-BH

Enquanto fechávamos esta edição, o governo Trump anunciava a taxaço sobre os produtos brasileiros, tentando rapinar e explorar ainda mais o mundo todo. O governo brasileiro, contudo, não move um dedo contra o imperialismo ou os setores capitalistas. Enquanto isso, o preço dos alimentos continua nas alturas, engordando os bolsos do agronegócio e dos monopólios que especulam no mercado internacional.

O Arcabouço Fiscal continua sendo um torniquete que estrangula o orçamento, tirando dinheiro da Saúde e da Educação e transferindo fortunas para os rentistas, que lucram cada vez

mais com a dívida pública, enquanto direitos são paulatinamente atacados, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A isenção do Imposto de Renda até os R\$ 5 mil anunciada pelo governo, embora importante, é extremamente insuficiente. Já está atrasada e precisa ter garantido o reajuste automático, ainda mais com uma inflação anual de mais de 5%. Sem falar que essa isenção poderia ser mais ampla, desonerando todos os trabalhadores, se os bilionários capitalistas fossem de fato taxados.

Já as enchentes desta época do ano atingem, sobretudo, a população mais pobre e vulnerável. Cada vez mais destruidores, os fenômenos climáticos extremos expõem duas duras realidades: um planeta caminhando para o colapso, devido à ganância dos capitalistas e das grandes potências, e a omissão e abandono da população atingida.

TODO APOIO À GREVE DOS TRABALHADORES DE APLICATIVOS

A superexploração e a precarização do trabalho são mascaradas por supostos bons índices de emprego, quando sabemos que a realidade é totalmente oposta. O que prima é a uberização do trabalho, com jornadas extensivas e mal pagas, que só garantem lucros bilionários às “big techs” estrangeiras.

A classe trabalhadora, porém, não vem engolindo tudo isso calada. Os trabalhadores de aplicativos acabam de protagonizar uma forte greve

nacional. Já os operários da Avibras estão há mais de dois anos lutando por seus empregos e contra a entrega de uma das únicas empresas de tecnologia bélica para as mãos de grupos estrangeiros.

Nos estados, servidores fazem greve e lutam por seus direitos, como na Saúde Municipal de Porto Alegre, ou os professores estaduais do Rio Grande do Norte, ou, ainda, os trabalhadores e trabalhadoras da Educação na cidade de São Paulo. A luta pelo fim da jornada 6×1 também está na pauta de mobilizações que se desenvolvem, tomando cada vez mais corpo e adesão país afora.

1º DE MAIO DE LUTA, SEM AMARRAS DOS GOVERNOS E PATRÕES

O 1º de Maio é uma oportunidade de fazer confluir todas essas lutas, de ir às ruas, construindo a independência de classe. Não haveria momento mais propício para os trabalhadores e trabalhadoras retomarem o real sentido desta data, que é a mobilização independente contra a exploração capitalista e por suas reivindicações.

Outra marca que a classe trabalhadora precisa retomar é o seu internacionalismo proletário. É dia de denunciar o governo Trump e suas ameaças e perseguições. É o momento de denunciar o que está acontecendo com nossos irmãos e irmãs trabalhadores, que estão sendo mortos pela criminosa invasão colonialista russa na Ucrânia. E cobrar a postura vergonhosa do governo Lula, de apoio a Putin. É dia de lutar

contra o genocídio do povo palestino e, também, de exigir do governo Lula a ruptura total de todas as relações com o Estado terrorista de Israel.

RETOMAR A MOBILIZAÇÃO, COM INDEPENDÊNCIA DE CLASSE

A CSP-Conlutas divulgou um manifesto, chamando à construção de um 1º de Maio de luta, com independência de classe e internacionalista. As demais centrais, porém, assim como a esquerda governista, não querem saber de lutar contra o Arcabouço Fiscal ou enfrentar o governo Lula na defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Algumas, como a Força Sindical, farão suas tradicionais festas, com sorteios e políticos de direita. A CUT, assim como a Frente Povo Sem Medo e a Frente Brasil Popular, tende a repetir o fiasco dos atos que, apesar da justa pauta do “sem anistia”, não tratavam das demandas dos trabalhadores, como o fim do Arcabouço Fiscal e o aumento de salários, para enfrentar a inflação dos alimentos. Tudo isto justamente para não bater de frente com o governo Lula.

SEM ANISTIA PARA OS GOLPISTAS!

Junto às suas reivindicações, os trabalhadores devem exigir a prisão de Bolsonaro e de todos os golpistas. É preciso punição para que isso nunca mais aconteça. Também é preciso enfrentar os governadores bolsonaristas e a ultradireita, inclusive no Congresso Nacional, com suas pautas reacionárias que querem fazer retroceder os poucos direitos dos setores mais oprimidos, como as mulheres e as LGBTIs. O governo,

porém, faz o contrário. Ao invés de lutar contra eles, faz parcerias com Tarcísio, inclusive financiando, via Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), a privatização de escolas em São Paulo. Sem contar a base aliada do governo, cheia de direitosos amigos do bolsonarismo. Inclusive fortalecer uma oposição de esquerda ao governo Lula é o caminho para conseguirmos derrotar de uma vez por todas a ultradireita bolsonarista.

POR UM PROGRAMA DA CLASSE TRABALHADORA

É preciso derrotar a política econômica do governo Lula, acabando com o Arcabouço Fiscal e os recentes ataques ao salário mínimo, ao BPC e demais direitos. É preciso lutar contra a inflação dos alimentos, exigindo a redução e congelamento dos preços. Também devemos lutar pelo fim da escala 6×1, com a redução de jornada, e a revogação das reformas Trabalhista e Previdenciária.

Para isso, é preciso atacar os interesses dos bilionários capitalistas. Suspender o pagamento da dívida aos banqueiros, expropriar o agronegócio e os grandes monopólios capitalistas que controlam a maior parte da nossa economia. Por uma reforma agrária radical e pela demarcação e titulação de todas as terras indígenas e quilombolas.

Vamos construir uma alternativa socialista e revolucionária, dos trabalhadores, para acabar com esse sistema capitalista. ■



PARTIDO

HOMENAGEM

O adeus e a homenagem do PSTU à Zezé, fundadora da nossa corrente no Brasil



DA REDAÇÃO

Maria José Lourenço, a Zezé, uma militante cuja trajetória se confunde com a história do trotskismo na América Latina e, em especial, no Brasil, nos deixou no dia 24 de março. Junto com outros três companheiros, ela fundou a Liga Operária, que deu origem à Convergência Socialista, principal corrente que formou o PSTU. Zezé completaria 80 anos no próximo dia 18 de maio e, apesar da saúde frágil nos últimos anos e de já não militar nas fileiras da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI) desde os anos 1990, mantinha uma ótima relação de cumplicidade e camaradagem com seus antigos companheiros.

Em 2007, participou do ato em homenagem e memória dos 20 anos sem Nahuel Moreno (fundador da LIT-QI); em 2012, gravou um depoimento para o documentário “A Convergência Socialista e a ditadura militar”, produzido pelo PSTU; e, um ano depois, foi uma

das anistiadas durante a “Caravana da Anistia dos Perseguidos da Convergência Socialista”.

VANGUARDA NA IDA AO MOVIMENTO OPERÁRIO

Depois de uma experiência com a guerrilha contra a ditadura no Brasil e como exilada política no Chile, Zezé aderiu ao trotskismo e à luta pela construção de um partido que ganhasse a classe operária para a revolução socialista, por intermédio de Nahuel Moreno.

Ainda no Chile, Zezé abandonou a concepção guerrilheirista e se lançou de corpo e alma no projeto da construção de um partido e uma Internacional revolucionários, com profunda inserção no movimento de massas, principalmente no movimento operário.

Após uma rápida passagem por Buenos Aires, após o golpe de Pinochet, sob orientação de Moreno e junto com os outros três companheiros, Zezé fundou a Liga Operária. Retornou ao Brasil, em 1974, e construiu a corrente, na clandestinidade e ainda sob a repressão da ditadura.

Como grande organizadora que era, Zezé foi uma das responsáveis pelo rápido crescimento da Liga Operária, que de quatro militantes passou a 100 em menos de dois anos. Ela também foi vanguarda na inserção da corrente no seio do movimento operário, com a ida dos militantes às fábricas do ABC Paulista para construir o partido.

Com essa localização, a Liga Operária empalmou o processo de ascenso grevista no final da

década de 1970. Já com um significativo peso operário, a Liga deu origem ao movimento, e mais tarde à corrente, Convergência Socialista, que esteve à frente da construção da CUT e do PT.

Zezé ainda teve destacada participação como jornalista nos alternativos “O Sol” e “Versus”, algumas das principais publicações de oposição à ditadura militar.

ZEZÉ PRESENTE

Na direção da Convergência Socialista e da LIT-QI, Zezé construiu a corrente, com afinho e paixão, durante toda a turbulenta década de 1980. Após a crise da LIT-QI, no início dos anos 1990, nossos caminhos políticos se separaram. Mas a relação de camaradagem, carinho e amizade nunca se rompeu. Zezé morreu reivindicando o trotskismo e o papel de Moreno. É parte fundamental da nossa história. Ajudou a construir muitos dos nossos quadros e a consolidar nossa inserção no movimento operário e nosso internacionalismo. A ela, prestamos nossa homenagem e nunca a esqueceremos.■

ZEZÉ PRESENTE! ATÉ O SOCIALISMO HOJE E SEMPRE!



**ACESSE O MEMORIAL
NA ÍNTEGRA**

MEMORIAL

Memorial Américo



PARTIDO

HOMENAGEM

Américo, presente! Até o socialismo, hoje e sempre!



DA REDAÇÃO

A militância do PSTU e Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI) sofreu um golpe muito duro e uma profunda tristeza com o falecimento do camarada Américo Gomes. Ele foi acometido de um mal súbito na rodoviária de São Paulo, no dia 19 de março, quando se dirigia à cidade de Campinas.

Américo nos deixou e vai fazer muita falta. Era um militante com uma larga história de atuação, firmeza, determinação e dedicação na luta pelo socialismo, pela construção do partido e da Internacional revolucionários no seio da classe operária. Ele faria 65 anos em 4 de agosto.

INÍCIO DA MILITÂNCIA

Começou a militar bem cedo, desde os tempos de secundarista, nas manifestações contra a ditadura militar. Em 1980, atuou na Universidade de São Paulo (USP), onde cursou História por dois anos. Ingressou nas fileiras da Convergência Socialista e, depois, integrou o Alicerce da

Juventude Socialista, onde foi parte de sua direção.

Ainda muito jovem, em 1982, foi atuar no movimento operário, participando e ajudando na construção do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOSMSP). Neste mesmo ano, foi admitido na Monark, fábrica de bicicletas na Zona Sul de São Paulo, num momento de grande efervescência social e greves operárias que se enfrentavam com a patronal e, também, com o regime ditatorial que considerava as greves ilegais.

GREVE OPERÁRIA

A Monark entrou em greve por 10 dias, com manifestações de rua, convocando mais fábricas a entrarem em greve. A greve foi vitoriosa, mas a empresa descumpriu o acordo, levando a uma nova mobilização. Américo fez parte desta luta e foi um dos 100 demitidos. Monitorado pela ditadura, sua ficha na Monark já constava nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (Deops).

Depois de demitido da Monark, trabalhou na metalúrgica Magal e novamente foi demitido por perseguição política. Ele fazia parte, naquele momento, da direção nacional da Convergência Socialista. Na sequência, trabalhou na Horasa, fábrica de relógios, da qual foi novamente demitido, após uma greve no final de 1985. Em 1986, integrou a direção da CUT Estadual – São Paulo.

DEDICAÇÃO À CONSTRUÇÃO DO PARTIDO

Militante determinado e abnegado, Américo militou em várias regionais do país. Ao não conseguir mais emprego nas fábricas em São Paulo, se transferiu para Minas Gerais, ajudando no trabalho metalúrgico da Convergência Socialista e, também, os mineiros de Nova Lima, onde continuou sendo monitorado pelo Deops. Américo ajudou a estruturar e dirigiu várias regionais e trabalhos operários da Convergência Socialista e do PSTU. Militou, ainda, e por muitos anos, em São José dos Campos (SP), onde organizou a direção da regional a partir de 1987. Também organizou o trabalho sindical petroleiro do PSTU, em nível nacional, com atuação destacada na greve da categoria em 1995. Com o mesmo afinco, abriu a regional da Bahia e ajudou a regional Sergipe a centrar no trabalho petroleiro e em outros setores do operariado. Compôs a Direção Nacional do PSTU praticamente desde a sua fundação e fez parte de sua Direção Executiva por longos anos. Refletindo outra de suas preocupações, teve um papel destacado em todas as situações em que se fez necessário organizar a autodefesa da classe trabalhadora, das manifestações e da intervenção dos revolucionários.

Em outubro de 2013, foi um dos anistiados políticos na Caravana da Anistia dos perseguidos políticos da Convergência Socialista pela ditadura.

INTERNACIONALISMO

Internacionalista, Américo sempre foi vanguarda nas campanhas internacionais e, desde 2015,

esteve na direção da LIT-QI e, de forma incansável, atuou em vários países, apoiando as organizações irmãs do PSTU. Por isso, é um camarada conhecido dos militantes da LIT-QI em praticamente todos os países da América Latina e mesmo da Europa. Vamos honrar a memória de Américo, fazendo da sua determinação, da sua vida destemida, da sua dedicação à classe operária e ao projeto socialista e revolucionário, um exemplo para seguir em frente na luta pelo socialismo e pela revolução.

HOMENAGEM

LIT-QI e o PSTU realizaram um emocionante ato de despedida a Américo

Em meio a dor da partida, a LIT-QI e o PSTU realizaram um emocionante ato de despedida para o Américo, com transmissão ao vivo pelo canal do partido no “YouTube”. Centenas de militantes do PSTU, de outras organizações e ativistas independentes foram ao Sindicato dos Químicos de São Paulo para dar o último adeus a Américo. O ato demonstrou o tamanho, a força e a representatividade da militância do Américo. Uma vida dedicada à construção do partido revolucionário, da Internacional e da luta pelo socialismo. Dezenas de notas de pesar foram enviadas, de países dos cinco continentes. Todas elas citavam alguma contribuição de Américo à construção dessas organizações em seus respectivos países.

Américo seguirá sempre sendo lembrado. Suas cinzas foram jogadas ao mar, na cidade de Santos, litoral de São Paulo, e também depositadas no Memorial da Resistência, na capital paulista. E seu legado segue firme, empunhado nas bandeiras da LIT-QI e de suas seções, do PSTU e no programa socialistas que defendemos.■

**ACESSE O MEMORIAL
NA ÍNTEGRA**

MEMORIAL

**AMÉRICO PRESENTE!
ATÉ O SOCIALISMO
HOJE E SEMPRE!**

IMPOSTO DE RENDA

Projeto de isenção é insuficiente e não toca nos verdadeiros super-ricos



O projeto de ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda enviado pelo governo Lula ao Congresso Nacional, em maio, concede um certo respiro momentâneo a uma parcela da classe trabalhadora, mas, além de limitado e insuficiente, está muito longe de representar qualquer reversão na injustiça e desigualdade do sistema tributário brasileiro. E, ao contrário do discurso, não toca nas fortunas dos verdadeiros super-ricos.

O projeto estende a faixa de isenção dos atuais R\$ 2.259,20 até R\$ 5 mil mensais. Dos R\$ 5 mil aos R\$ 7 mil, incide uma tributação gradual, e desta faixa em diante a tabela atual continua como antes. Por exemplo, quem ganha R\$ 5 mil vai ter uma isenção de pouco mais de R\$ 300. Quem ganha R\$ 6 mil, por sua vez, terá um desconto de 50% na atual alíquota, que representará, na prática, R\$ 157 a menos, mas ainda desembolsará absurdos R\$ 417 ao leão todo o mês. E para quem recebe R\$ 7 mil não mudará nada (R\$ 849 de IR).

Se por um lado, R\$ 300 ou R\$ 200 por mês não são irrelevantes para quem, nessa faixa de renda, vive com a corda no pescoço (ainda mais com a escalada inflacionária em cima dos alimentos no último período), por outro não

reajusta uma tabela de IR que está há muito defasada. Continuar taxando quem recebe R\$ 7 mil com o teto da tabela é um absurdo. Para se ter uma ideia, esse salário está abaixo do salário mínimo constitucional calculado pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) - o salário que, pela lei, deveria suprir as necessidades básicas de uma família - que, em fevereiro, era de R\$ 7.229,32.

COMO ESTÁ E COMO FICA A FAIXA DE ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

Renda mensal	Desconto (%)	Imposto sem Desconto (R\$)	Imposto final a pagar (R\$)
R\$ 5 mil	100%	R\$ 312,89	R\$ 0
R\$ 5,5 mil	75%	R\$ 436,79	R\$ 202,13
R\$ 6 mil	50%	R\$ 574,29	R\$ 417,85
R\$ 6,5 mil	25%	R\$ 711,79	R\$ 633,57
R\$ 7 mil	0%	R\$ 849,29	R\$ 849,29

Fonte: Ministério da Fazenda

TAPANDO O SOL COM A PENEIRA

Se o valor da isenção que, segundo dados divulgados pelo governo, beneficiariam 10 milhões de trabalhadores, é insuficiente, ele ainda tende, com o passar dos anos, a perder seu efeito. Isso porque não se trata de uma atualização da tabela, mas simplesmente uma faixa fixa de isenção. O que vai acontecer? Com a inflação, os salários vão ultrapassar esse teto de R\$ 5 mil e, conseqüentemente, o trabalhador antes beneficiado voltará a ser taxado. Percebam como o trabalhador fica entre a cruz e a espada: o governo Lula recentemente reduziu o índice de

recomposição do salário mínimo, mas na medida em que ele aumenta, sua renda sai dessa faixa de isenção. Se não aumenta, continua com a renda sendo corroída pela inflação.

É bom lembrar que a defasagem da tabela do Imposto de Renda chega a 167% desde 1996 (segundo cálculos da Unafisco). Ou seja, com o arcabouço fiscal, e uma política de restrição de gastos públicos e achatamento do salário mínimo implementados pelo governo Lula (e os governos que o sucederam), dá para se supor, com certa margem de certeza, que a história se repetirá.

DESIGUALDADE E CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA

Isso mostra que o governo Lula não tem uma política de enfrentar a brutal desigualdade que se expressa na concentração de riquezas numa parte ínfima da população, algumas dezenas de bilionários, e nem ao menos corrigir a vergonhosa injustiça que é o sistema tributário. A reforma tributária do governo Lula, por exemplo, manteve a concentração dos impostos sobre o consumo (simplificando os poucos impostos que incidem sobre os grandes capitalistas). No Brasil, quem paga imposto, na fonte ou no consumo, é o trabalhador, gente pobre e a classe média.

Assim, simplesmente não é verdade que quem ganha até R\$ 5 mil não vai pagar imposto. Continuará pagando, e muito, toda vez que vai ao supermercado ou compra um pingado com pão e manteiga na padaria. Assim como os 40 milhões de trabalhadores informais (segundo números do próprio IBGE), cuja renda média é inferior à dos trabalhadores com carteira e

pagam o mesmo imposto sobre o consumo que o bilionário Carlos Alberto Sicupira, um dos que fraudaram as Americanas.

Trocando em miúdos, o projeto de isenção do IR vem num momento de forte queda da popularidade do governo, vai ter efeito só em 2026, ano eleitoral, não resolve a regressividade do sistema e seus efeitos virarão pó com o tempo.

CONVERSA PRA BOI DORMIR

Os super-ricos vão pagar mais impostos?

Ao contrário do que vem sendo divulgado pelo governo, os que seriam sobretaxados, essencialmente a faixa que vai de R\$ 600 mil a R\$ 1,2 milhão anuais (com alíquotas que vão de 2,5% a 10%), estão muito longe de abarcar os verdadeiros “super-ricos”, os bilionários que concentram grande parte da renda no país.

Os que vão entrar no alvo do leão, apesar de não comporem mais de 0,1% da população, fazem parte de uma classe média mais endinheirada que está muito longe do topo da pirâmide social. É o profissional liberal, um gerente de uma empresa, um trabalhador mais qualificado, enfim, grande parte que, embora usufrua de uma renda maior que grande parte da população, ainda vive, em sua maioria, de seu trabalho.

Num país em que 90% da população ganha até R\$ 3.500,00 por mês, essa classe média que está nessa faixa de renda totaliza apenas 141.400 pessoas, segundo o Ministério da

Fazenda. No entanto, parte significativa dessa renda já é tributada, pois se trata de um estrato que ainda vive essencialmente do trabalho. São, de certa forma, uma “elite”, mas que nada tem a ver com quem, de fato, concentra a maior parte das riquezas do país. E mesmo assim, esse público vai desembolsar um valor ínfimo a mais no que vem sendo chamado de “imposto mínimo”.

IMPOSTO MÍNIMO

Como isso ocorre? Segundo levantamento do economista Sergio Wulff Gobetti, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a partir de dados da Receita Federal, esses milionários já pagam atualmente uma alíquota média que vai de 5% a 8,5%. Para atingirem os 10%, portanto, terão que desembolsar uma porcentagem de apenas 1,5% a 5% a mais. O governo afirma que quer taxar os dividendos (parte dos lucros de uma empresa garantidos por uma ação ou título), mas como já vai haver um teto de 10% sobre a renda total dos milionários (e, quanto mais rico, mais os dividendos compõem essa renda), na prática eles continuarão isentos, ou pagando muito pouco, pois a parte dos dividendos que faria exceder esse limite dos 10% será devolvida.

O projeto enviado pelo governo Lula ao Congresso Nacional é ainda mais limitado do que defendia o próprio Paulo Guedes, o ultraliberal ministro da Economia de Bolsonaro, que fez um projeto taxando em 20% os dividendos (que o próprio já considerava “modesto”). O projeto do governo Bolsonaro chegou a ser aprovado na Câmara, mas foi engavetado e está mofando no Senado.

Além disso, pelo atual projeto do governo Lula, títulos financeiros como LCA e LCI (Letra de Crédito Imobiliário e Letra de Crédito do Agronegócio) continuarão completamente fora de qualquer taxaço, independentemente da renda de seus detentores.

OU SEJA, DE ANTEMÃO,
ANTES MESMO DE
QUALQUER NEGOCIAÇÃO
NO CONGRESSO NACIONAL,
O GOVERNO LULA JÁ
PROTEGE O AGRONEGÓCIO
E O SETOR IMOBILIÁRIO.

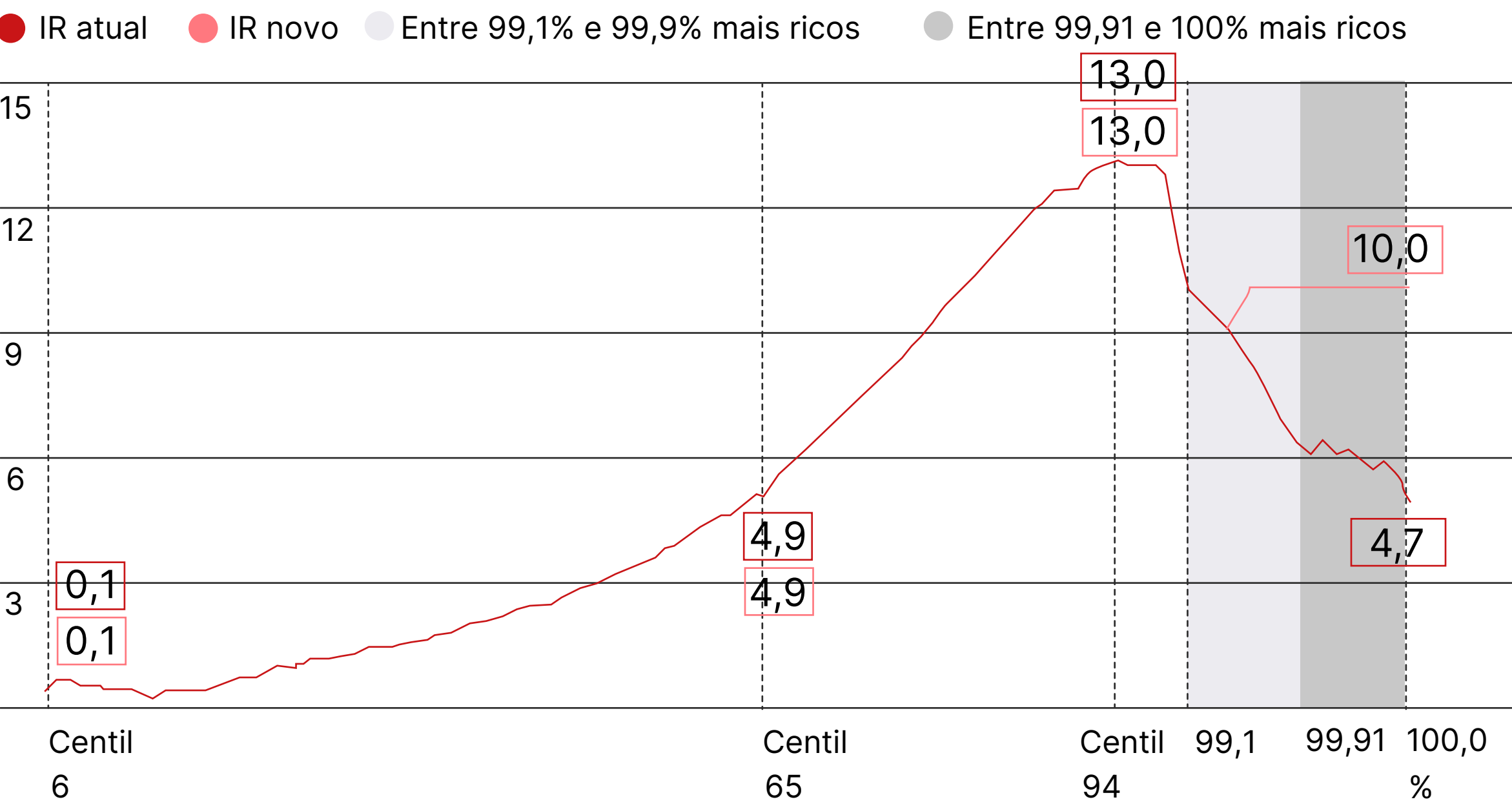
IMPOSTO MÍNIMO PARA COMPENSAR A DESONERAÇÃO

Renda Anual	Cálculo da alíquota mínima	Alíquota Final (%)	Imposto mínimo a pagar (R\$)
R\$ 600 mil	(600 mil - 600 mil) / 600 mil x 10%	0%	Nada
R\$ 700 mil	(750 mil - 600 mil) / 600 mil x 10%	2,5%	R\$ 18,75
R\$ 900 mil	(900 mil - 600 mil) / 600 mil x 10%	5%	R\$ 45 mil
R\$ 1,05 milhão	(1,05 milhão - 600 mil) / 600 mil x 10%	7,5%	R\$ 78,75 mil
R\$ 1,2 milhão	(1,2 milhão - 600 mil) / 600 mil x 10%	10%	R\$ 120 mil

Fonte: Ministério da Fazenda

QUANTO MAIOR A RENDA DOS RICOS, MENOR O IMPOSTO

Alíquota efetiva de IR por percentil de renda* - em %



Estudo do pesquisador Sérgio Gobetti (Ipea), com base em dados da Receita Federal, sem considerar “efeito reação” de eventual redução de distribuição de dividendo, nem a isenção até R\$ 5 mil por mês.

É PRECISO PEGAR OS BILIONÁRIOS

Taxar as grandes fortunas, mas não só

Segundo levantamento do banco suíço UBS divulgado em 2024, o Brasil possui 60 bilionários (em dólares).

UM CONJUNTO DE PESSOAS QUE CABERIA NUM ÔNIBUS E QUE CARREGA UMA FORTUNA EQUIVALENTE A R\$ 943 BILHÕES, QUASE 10% DO PIB DO PAÍS.

Um estudo divulgado pela ONG Oxfam em 2022, quando o Brasil contava com 55 bilionários,

revela que, juntos, esses verdadeiros super-ricos (e não o que o governo chama de super-rico) concentravam o equivalente às riquezas de 60% da população.

É impossível realizar uma verdadeira reforma tributária, que ao menos minimize um dos mecanismos mais regressivos do mundo, sem mexer nas fortunas, nos lucros e nos patrimônios dessa fatia de seis dezenas de bilionários, e sem desonerar completamente o consumo.

É NECESSÁRIO TAXAR E EXPROPRIAR OS BILIONÁRIOS E OS MONOPÓLIOS

É preciso ainda isentar na íntegra pelo menos os trabalhadores assalariados, além de pequenos e microempresários que ganhem até R\$ 10 mil. Depois, impor um Imposto de Renda fortemente progressivo que reduza o peso da classe média e ataque os verdadeiros donos das riquezas, os bilionários sentados sobre fortunas acumuladas a partir da apropriação do fruto do trabalho da grande maioria da população. Seria o mínimo do mínimo para se falar em reforma tributária.

A política do governo Lula, porém, vai no sentido contrário. Um exemplo: ao mesmo tempo em que Haddad anunciou seu projeto de isenção, o Banco Central, já sob a gestão do governo Lula, aumentou ainda mais as taxas de juros. Só para comparar, a isenção do IR custaria algo em torno de R\$ 25 bilhões; já a cada 1% de juros que o BC aumenta, são mais de R\$ 50 bilhões que são transferidos a banqueiros e especuladores por meio da dívida pública.

E, COMO NUMA RODA INFERNAL, A DÍVIDA AUMENTA, E O GOVERNO CORTA VERBAS E APERTA O ARCABOUÇO FISCAL PARA GARANTIR SEU PAGAMENTO. ISSO É DISTRIBUIÇÃO DE RENDA?

É TRANSFERÊNCIA PURA E SIMPLES DAS RIQUEZAS PRODUZIDAS PELOS TRABALHADORES PARA GRANDES MONOPÓLIOS CAPITALISTAS E INTERNACIONAIS.

ATACAR A DESIGUALDADE

A desigualdade social, porém, só será combatida de forma consequente ao taxar de fato as fortunas dos bilionários, assim como expropriar os monopólios capitalistas que dominam, por meio das 200 maiores empresas, a maior parte da economia do Brasil, impondo a escala 6×1 e salários de fome, remetendo seus lucros para fora e aprofundando seu caráter colonial; suspendendo e auditando a dívida pública e, enfim, fazendo com que a classe trabalhadora e a classe média deixem de pagar pelas isenções e pelos lucros dos grandes bilionários. ■



Alckmin, Haddad, o presidente da Câmara, Hugo Motta, o presidente Lula e a ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, durante assinatura do PL que prevê isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês | Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

PALESTINA LIVRE

Isolar o Estado de Israel e ocupar as ruas pelo fim do genocídio

 SORAYA MISLEH,
DA REDAÇÃO



Foto: Vítima de bombardeios de Israel sendo socorrida por palestinos de Gaza | Revista Fronteira, publicação da Iniciação Científica em Relações Internacionais da PUC-Minas

Com o sinal verde de Trump, o enclave militar do imperialismo (Israel) está levando a cabo seu plano de limpeza étnica do povo palestino em Gaza e na Cisjordânia. A busca é de “solução final” na contínua Nakba – a catástrofe cuja pedra fundamental é a formação em 78% do território histórico palestino do Estado racista de Israel em 1948. Ocupar as ruas e isolar internacionalmente a entidade sionista é a solidariedade que o povo palestino precisa. Após um frágil cessar-fogo que mesmo em sua primeira fase – a partir de 19 de janeiro até 1º de março últimos – teve recorde de violações por parte de Israel, o genocídio direto é mais uma vez a realidade em Gaza. São 18 meses de carnificina.

Cenas indescritíveis voltam a ocupar as redes sociais, como a de um pai que se desesperava ao segurar a cabeça de seu bebê decapitado pelas bombas israelenses ou a dos 15 profissionais de equipes médicas e humanitárias do Crescente Vermelho palestino chacinados e enterrados nas areias de Rafah, no sul de Gaza. Ou ainda as imagens que se repetem de bombardeios a hospitais, mesquitas, tendas e bairros inteiros. Fome, sede, doenças e epidemias grassam em Gaza.

Desde que o genocídio direto foi retomado por Israel, em 18 de março, já são mais de 1.100 palestinos mortos – a maioria, como tem sido a regra, mulheres e crianças, totalizando pelo menos 61.700 dos assassinatos notificados. Soma-se a isso a limpeza étnica aprofundada na Cisjordânia, que também não cessa e conta tanto com ataques extremamente violentos (pogroms) de colonos sionistas quanto com “experimentos Gaza”. Três campos de refugiados foram esvaziados nessa parte da Palestina ocupada, resultando em mais de 40 mil expulsos, deslocados mais uma vez de suas terras.

PALESTINOS NAS MASMORRAS DE ISRAEL

Nos odiosos cárceres sionistas, mais de 10 mil palestinos padecem, entre eles 11 palestinos-brasileiros. Um deles, o jovem Walid Khaled Abdallah Ahmad, de apenas 17 anos, foi assassinado pelas mãos de seus algozes sionistas, sob tortura e negligência médica.

Na primeira fase do cessar fogo, 2 mil presos políticos palestinos – entre os quais mulheres e

crianças – foram libertados na troca acordada. A condição destes evidenciou ao mundo a submissão a torturas inomináveis em verdadeiros campos de concentração. Nada disso bastou.

CUMPLICIDADE INTERNACIONAL

A revolta e o ódio não poderiam ser maiores. Não foi por falta de alertas, denúncias, imagens, relatos ou sinais, mas infelizmente a cumplicidade internacional histórica com o crime contra a humanidade consolidado a partir de 1948 ainda está longe de ser rompida. Se não fosse assim, não haveria 1967 – quando Israel ocupou militarmente os 22% restantes do território palestino (Gaza, Cisjordânia e Cidade Velha de Jerusalém). Não haveria expansão colonial acelerada, apartheid, limpeza étnica contínuas por mais de sete décadas. Não se viveriam os horrores que todo o mundo assiste em 2023, 2024, 2025...

Apesar de o holocausto palestino ser transmitido ao vivo, o que tem tornado inevitável ampla condenação por parte de governos de todo o mundo e mesmo medidas retaliatórias, muito poucos países deram o passo definitivo de romper relações com Israel – e alguns parcialmente, não mais do que uma dúzia. Muito poucos, apesar das condenações há meses do genocídio na Corte Internacional de Justiça e dos criminosos Benjamin Netanyahu (primeiro-ministro de Israel) e Yoav Gallant (ex-ministro da Defesa) terem ordem de prisão emitida em novembro de 2024 pelo Tribunal Penal Internacional.

DESDE QUE O GENOCÍDIO
DIRETO FOI RETOMADO POR
ISRAEL, EM 18 DE MARÇO,
JÁ SÃO MAIS DE 1.100
PALESTINOS MORTOS, A
MAIORIA, COMO TEM SIDO
A REGRA, MULHERES E
CRIANÇAS, TOTALIZANDO
PELO MENOS 61.700
DOS ASSASSINATOS
NOTIFICADOS.



Foto: Revista Fronteira, publicação da Iniciação Científica em Relações Internacionais da PUC-Minas

BRASIL E ONU

Uma dívida histórica com o povo palestino

O Brasil está entre a maioria que ainda não rompeu relações ou cessou todos os acordos. Está longe de pagar a dívida histórica que tem com o povo palestino. Por meio de seu diplomata Osvaldo Aranha, foi o Brasil que presidiu a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) que aprovou a Resolução 181, a qual recomendou a partilha da Palestina em 29 de novembro de 1947 em um estado judeu e um árabe – delegando, portanto, ao projeto colonial sionista mais de metade das terras palestinas.

Não só: votou a favor dessa injusta partilha que, na verdade, foi o sinal verde para que as gangues sionistas executassem seus planos de limpeza étnica. O resultado foi que em apenas seis meses dois terços do povo originário – 800 mil palestinos – foram expulsos violentamente de suas terras e cerca de 530 de suas aldeias e cidades, destruídas.

DITADURA

Ao longo dessa história de colonização, ao tempo que utilizava técnicas e treinamentos sionistas/imperialistas para a tortura durante a ditadura empresarial-militar, nos seus últimos anos, em 1979, o Brasil votaria na ONU a favor da Resolução 3.379, que apontava o óbvio: sionismo é racismo. Não obstante, na própria ONU isso foi revisto em 1991, pela Resolução 4.686 – a qual teve entre os patrocinadores o Brasil, ao lado de Israel, EUA e outros 65 países, entre os quais

também os vizinhos sul-americanos. Rescindir a resolução era a condição exigida por Israel para participar da “Conferência de Paz de Madri”, que desembocaria nos desastrosos acordos de Oslo.

PROPAGANDA ENGANOSA

Durante essa vergonhosa sessão, o então presidente estadunidense, George Bush, trouxe em seu discurso a velha máxima de confundir judaísmo com sionismo – fazendo eco à hasbara, ou seja, propaganda mentirosa israelense de equiparar antissemitismo a antissionismo.

Disse ele, hipocritamente: “igualar o sionismo com o pecado imperdoável do racismo é deformar a história e esquecer a terrível tragédia dos judeus na Segunda Guerra Mundial e de fato ao longo da história.” A ONU, apesar de rico repertório documental de resoluções condenatórias a Israel – muito embora na perspectiva da farsa da “solução de dois estados” – ainda tem muito o que expiar sua culpa criminosa por mais de 77 anos de sangue derramado na Palestina.

ISRAEL

Um shopping center de tecnologias da morte

Os desastrosos acordos de Oslo foram assinados entre a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e Israel sob mediação dos EUA em 13 de setembro de 1993. Nesse momento foi criado o capataz para a colonização: a Autoridade Palestina (AP), que a partir de 1994 viria a ter papel de polícia para reprimir a

resistência nas terras palestinas, por meio da chamada “cooperação de segurança” com Israel – papel que segue cumprindo com esmero, nos últimos 18 meses de genocídio.

A partir de Oslo, Israel se converteu num shopping center de tecnologias de informação e militares. Setenta por cento dessas tecnologias da morte destinam-se à exportação.

APERTOS DE MÃO MANCHADOS DE SANGUE

O Brasil passou a ser visto como um destino importante na América Latina – na busca por abrir mercados na região. Não decepcionou o estado sionista. Primeiro aprovou no Congresso o Tratado de Livre Comércio Mercosul-Israel em 17 de dezembro de 2009, ratificando-o por decreto em 27 de abril de 2010, durante, portanto, o segundo governo Lula.

A partir daí, passaria nos anos subsequentes a ostentar a vergonhosa marca de quinto maior importador de tecnologia militar israelense. Tecnologia esta testada sobre as verdadeiras cobaias humanas que Israel converte os palestinos todos os dias. No genocídio atual em Gaza, há inúmeras denúncias de novas armas testadas, como uma bomba que dispara lâminas que decepam os corpos palestinos.

AUTORIDADES BRASILEIRAS VÃO À “FEIRA DA MORTE”

Essas tecnologias vêm sendo apresentadas há 15 anos naquela que é definida como a mais importante feira de defesa e segurança na América Latina – a LAAD, que acontece no Brasil. Apelidada com justiça de “feira da morte”, reúne

estandes israelenses (por vezes disfarçados) em que essas tecnologias da morte são apresentadas, para deleite do público, como testadas em campo. O Brasil não apenas abriga o evento macabro, como também comparecem em sua abertura comandantes militares, ministros de Estado, governadores e outras autoridades.

Neste ano, em que a “feira da morte” teve início em 1º de abril até dia 4, no Rio de Janeiro, não foi diferente. Na abertura estavam comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica, além do vice-presidente Geraldo Alckmin e dos ministros da Justiça e da Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, e da Defesa, José Múcio Monteiro. Este último fez questão de saudar a feira como um “marco para novos negócios e oportunidades”. Uma de suas expositoras é a AEL, subsidiária da Elbit, responsável por 85% dos drones que despejam bombas sobre as cabeças das crianças em Gaza e toda sorte de tecnologias para o apartheid.

ACORDOS MILITARES COM O SIONISMO

Em março do ano passado, em meio ao genocídio, a Força Aérea Brasileira (FAB) anunciou um contrato de R\$ 86 milhões com a Israel Aerospace Industries para manutenção e suporte logístico de drones israelense comprados pelo Brasil ainda em 2009. A IAI é a maior empresa israelense fabricante de aeronaves, caças militares e drones, portanto, diretamente implicada no genocídio do povo palestino.

Também em 2024 o Exército brasileiro chegou a

anunciar a compra de 36 blindados israelenses da Elbit Systems – o que foi barrado via mobilização.

É comum o anúncio de novos acordos com Israel no Brasil. Governos estaduais seguem a colocar nas mãos de suas polícias armas, blindados e mesmo fuzis israelenses – casos de Santa Catarina, Amazonas e São Paulo por exemplo. As armas testadas sobre os corpos palestinos são utilizadas no genocídio pobre e preto e no extermínio indígena.

PETRÓLEO BRASILEIRO ALIMENTA MÁQUINA DE GUERRA

Não bastasse isso, desde o governo do genocida Bolsonaro, o Brasil exporta petróleo brasileiro para Israel. Petróleo brasileiro que abastece os tanques para o genocídio.

Enquanto isso, criminosos de guerra passeiam livremente pelo país. Recentemente, um grupo de soldados sionistas em férias chegou a brindar em Florianópolis pela morte aos árabes. De lá, seguiu tranquilamente para Morro de São Paulo, na Bahia, impune, apesar do crime amplamente denunciado de racismo.

POLÍCIA FEDERAL HUMILHA PALESTINOS

Ao mesmo tempo, há registros de deportação pela Polícia Federal de palestinos e árabes em geral nos aeroportos, em que são criminalizados, desumanizados e humilhados. É o que ocorreu em junho do ano passado, por exemplo, com o jovem palestino acadêmico Muslim Abuumar, acompanhado de sua esposa grávida e sua sogra.

RUPTURA JÁ

Expulsar Israel do Brasil



Membros do governo federal, do RJ e das FFAA na Feira da Morte

O reconhecimento de Lula, em fevereiro de 2024, do genocídio e as notas condenatórias do Itamaraty ou exigindo “explicações a Israel” – como no caso do jovem brasileiro morto na prisão sionista –, sempre seguidas do indignante quase pedido de desculpas ao criminalizar a resistência legítima palestina, se tornam, assim, letra morta.

Não é dado o passo fundamental, questão de vida ou morte para o povo palestino e seu clamor – por meio da campanha de boicote, desinvestimento e sanções (BDS) a Israel: a ruptura de todas as relações, militares, econômicas e diplomáticas, com o estado sionista.

Não é momento de se sentir impotente. É o que o imperialismo/sionismo buscam transmitir ao mundo, mas só o fazem porque se sentem à vontade diante de tamanha e histórica impunidade. É o momento de aprender com a resistência palestina: sumud (conceito árabe que significa firmeza, persistência, resiliência como

resistência) como um movimento para a ação. Passou da hora de ampliar a pressão para que Israel seja expulso do Brasil. Esta segue sendo tarefa prioritária do movimento de solidariedade com o povo palestino, causa síntese das lutas contra a opressão e exploração em qualquer parte do mundo.

A pergunta que não quer calar e grita fundo na alma palestina é: Quantas vidas palestinas ainda vão ter que ser ceifadas, quanto sangue ainda terá que ser derramado, para que o necessário isolamento internacional se materializasse? Não à toa quando alguém visita a Palestina ocupada, o que mais escuta é: “Conte ao mundo o que viu, porque a comunidade internacional nos abandonou.”

Reverter esse sentimento de abandono e parar o genocídio exige ações concretas e efetivas, a partir de mobilizações gigantescas e unificadas, que honrem a resistência heroica palestina e seus mártires.. Urge ocupar as ruas, universidades, todos os espaços, e levantar bem alto essa bandeira. Virar de vez mais essa página infeliz da história do Brasil, rumo à Palestina livre do rio ao mar.■

GOVERNO LULA NÃO DÁ O PASSO FUNDAMENTAL, QUESTÃO DE VIDA OU MORTE PARA O POVO PALESTINO E SEU CLAMOR – POR MEIO DA CAMPANHA DE BOICOTE, DESINVESTIMENTO E SANÇÕES (BDS) A ISRAEL: A RUPTURA DE TODAS AS RELAÇÕES, MILITARES, ECONÔMICAS E DIPLOMÁTICAS, COM O ESTADO SIONISTA.

Consignado é armadilha para os trabalhadores e presente de Lula aos bancos

 EDUARDO ZANATA,
DE BRASÍLIA (DF)



Anúncio do programa contou com o apoio das centrais sindicais, menos da CSP-Conlutas.

No dia 12 de março, o governo Lula publicou a Medida Provisória (MP) que cria o programa de crédito consignado para trabalhadores em regime de contratação celetista. A medida, que foi celebrada pelas centrais sindicais, exceto a CSP-Conlutas, faz parte de uma política de Lula para tentar aumentar a capacidade de consumo e reverter o derretimento de sua popularidade, relacionada principalmente à carestia dos alimentos.

O programa consiste basicamente na possibilidade de que os trabalhadores em regime celetista realizem empréstimos com desconto de pagamento diretamente da folha salarial. Do mesmo jeito que se desconta o valor do Imposto de Renda e do pagamento ao INSS. Essa modalidade de empréstimo pode consumir, nas parcelas, até 35% do salário do trabalhador,

que também pode oferecer como garantia 10% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) e 100% do valor das verbas rescisórias, em caso de demissão sem justa causa. O processo de contratação do empréstimo vai ser mediado pelo aplicativo da Carteira de Trabalho Digital, do governo federal. Hoje, essa modalidade já existe para trabalhadores celetistas, mas só pode ser realizada mediante convênio entre a empresa e uma instituição financeira, e tem parcela insignificante no ramo do microcrédito. Essa modalidade representa, atualmente, menos de 10% do volume de empréstimos consignados para servidores públicos, cerca de R\$ 400 milhões, em 2024.

PRESENTE PARA OS BANCOS, DISFARÇADO DE BENEFÍCIO

Depois do anúncio do governo, não há dúvida de que grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras possam encarar com bons olhos essa política, que, para muitos, vai ser uma alternativa concreta para tentar sair do aperto financeiro diante da carestia ou para tentar amortizar outras dívidas, com juros exorbitantes. O governo prevê que, diante da possibilidade quase nula de calote nessa modalidade de crédito, os juros que, hoje, ultrapassam 100% ao ano devem cair pela metade (entre 40% a 50% ao ano).

Mas, são juros ainda altíssimos. Muito superiores, por exemplo, àqueles que o governo garante aos empresários do agronegócio, principal responsável pela emissão de gases de efeito estufa no Brasil, através do Plano Safra,

cujos juros giram na faixa entre 8% a 12% ao ano. Juros também muito superiores aos praticados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para grandes empresas, que estão na faixa de 8% ao ano.

A previsão da Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) é que, nos próximos dois anos, o empréstimo consignado aos celetistas deve envolver o montante de R\$ 120 bilhões e alcançar até 19 milhões de pessoas, quase a metade da força de trabalho com carteira assinada.

SEU SALÁRIO VAI ENGORDAR OS LUCROS DOS BANQUEIROS

O “crédito do trabalhador”, como Lula apelidou esse programa, vai garantir aos bancos quase 13 vezes mais faturamento sobre essa modalidade de crédito do que há hoje, quando os valores chegam a cerca de R\$ 4,5 bilhões ao ano, somando o setor público e privado. Mesmo que os juros sejam “reduzidos” pela metade, Lula está entregando aos bancos 13 vezes mais recursos do que existe hoje nessa modalidade. Recursos que serão tirados diretamente do salário dos trabalhadores para engordar o lucro dos bancos.

MAIS ENDIVIDAMENTO DO POVO

Isso não deixa dúvida de que os grandes beneficiários deste programa serão os bancos e não os trabalhadores e trabalhadoras, que, hoje, já estão superendividados e, assim, vão permanecer nesse ciclo de endividamento. Dados da Confederação Nacional do Comércio

(CNC) apontam que 78% dos lares brasileiros possuem dívidas e quase 35% dos lares estão em situação de inadimplência. Um crescimento de 12%, em 2024. Além do mais, como essa modalidade de crédito vai usar o FGTS e a rescisão como garantias, os trabalhadores que forem demitidos terão ainda mais dificuldade financeira, porque terão uma redução drástica dos valores que podem sustentá-los até conseguir um novo emprego. Diante desse quadro de superendividamento e inadimplência, boa parte do crédito desse programa deve ser usado pelos trabalhadores para quitar outras dívidas com os bancos. Ou seja, os bancos vão ganhar de forma duplicada.

FRAUDE, JUROS ALTOS E SUPERENDIVIDAMENTO

A terrível experiência do crédito consignado dentre os servidores e aposentados

Desde 2004, a modalidade do crédito consignado é realizada para servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS. Diante da possibilidade baixíssima de não pagamento com esse modelo, as instituições financeiras têm uma política agressiva de oferta de empréstimos para esses setores. Os relatos e processos judiciais mostram que é comum que os empréstimos sejam concedidos sem autorização dos trabalhadores. As financeiras usam serviços de telemarketing para assediar intensivamente as pessoas, para fazê-las contrair o empréstimo. Além disso, vários grupos criminosos se especializaram em aplicar golpes através do

mecanismo do crédito consignado. E essa modalidade de crédito é um dos grandes responsáveis pelo ciclo de superendividamento de servidores, aposentados e pensionistas, praticando juros altos, com taxas próximas de outras modalidades de microcrédito e cobranças abusivas.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no Distrito Federal, em 2023, foram abertos mais de oito mil processos relacionados ao crédito consignado, cujo teor relaciona-se principalmente com fraudes, cobranças abusivas e problemas com a margem consignável.

A EXPERIÊNCIA COM OS SERVIDORES E APOSENTADOS MOSTRA QUE ESSE PROCESSO DE ENDIVIDAMENTO SUFOCA O ORÇAMENTO DAS FAMÍLIAS E CRIA UM CICLO DE ENDIVIDAMENTO QUE CORROÍ A RENDA DOS TRABALHADORES.

MAIS SUFOCO

Expansão do crédito não muda a situação da classe trabalhadora

O governo Lula vê sua popularidade derreter, minando as chances de uma reeleição. Por isso, aposta bastante que o crédito consignado pode ser uma saída para movimentar a economia, aumentar a capacidade de consumo da classe trabalhadora e, assim, tentar reverter o desgaste que o governo acumula.

Não é a primeira vez que Lula aposta na expansão do crédito como principal ferramenta para tentar aumentar a capacidade de consumo dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, tentar obter ganhos políticos com isso. Mas, a experiência com os servidores e aposentados mostra que esse processo de endividamento sufoca o orçamento das famílias e cria um ciclo de endividamento que corroí a renda dos trabalhadores.

OPÇÃO PELOS BANQUEIROS

Na prática, o governo opta por beneficiar ainda mais os bancos com essa medida, ao invés de atacar os lucros dos grandes empresários para melhorar a renda dos trabalhadores. O governo aposta na expansão do crédito, mas não aplica uma política consistente de valorização do salário mínimo, que está ainda mais limitado pelo arcabouço fiscal. Não aplica uma política para acabar com a escala 6×1, reduzindo a jornada de trabalho, que poderia ampliar as vagas de emprego e, também, a renda do conjunto da classe.

A política de expansão do microcrédito de Lula coloca o lucro dos bancos acima dos interesses da classe trabalhadora. Lula poderia usar os bancos públicos para garantir crédito a juros zero para os trabalhadores e trabalhadoras, com prazos e condições bastante flexíveis.

Hoje, o governo concede ao agronegócio e às grandes empresas juros reais próximos a zero, através do Plano Safra e do BNDES e de uma política de isenção fiscal que garante quase R\$

600 bilhões a esses setores empresariais, que pagam pouquíssimos impostos.

BILIONÁRIOS FAZEM A FESTA

Enquanto não existe a taxaço de grandes fortunas, e lucros e dividendos são isentos de qualquer tributaço, os trabalhadores sofrem com a carga tributária sobre o consumo e com Imposto de Renda. Mas, o dinheiro dos impostos, que são arrancados basicamente da classe trabalhadora, ao invés de garantir serviços públicos de qualidade, é destinado para servir ao esquema fraudulento da dívida pública e garantir crédito subsidiado aos grandes empresários.

PAPEL VERGONHOSO

A expansáo do crédito consignado aos celetistas não vai garantir a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora e, menos ainda, resolver o problema da carestia dos alimentos. É preciso denunciar essa política do governo Lula.

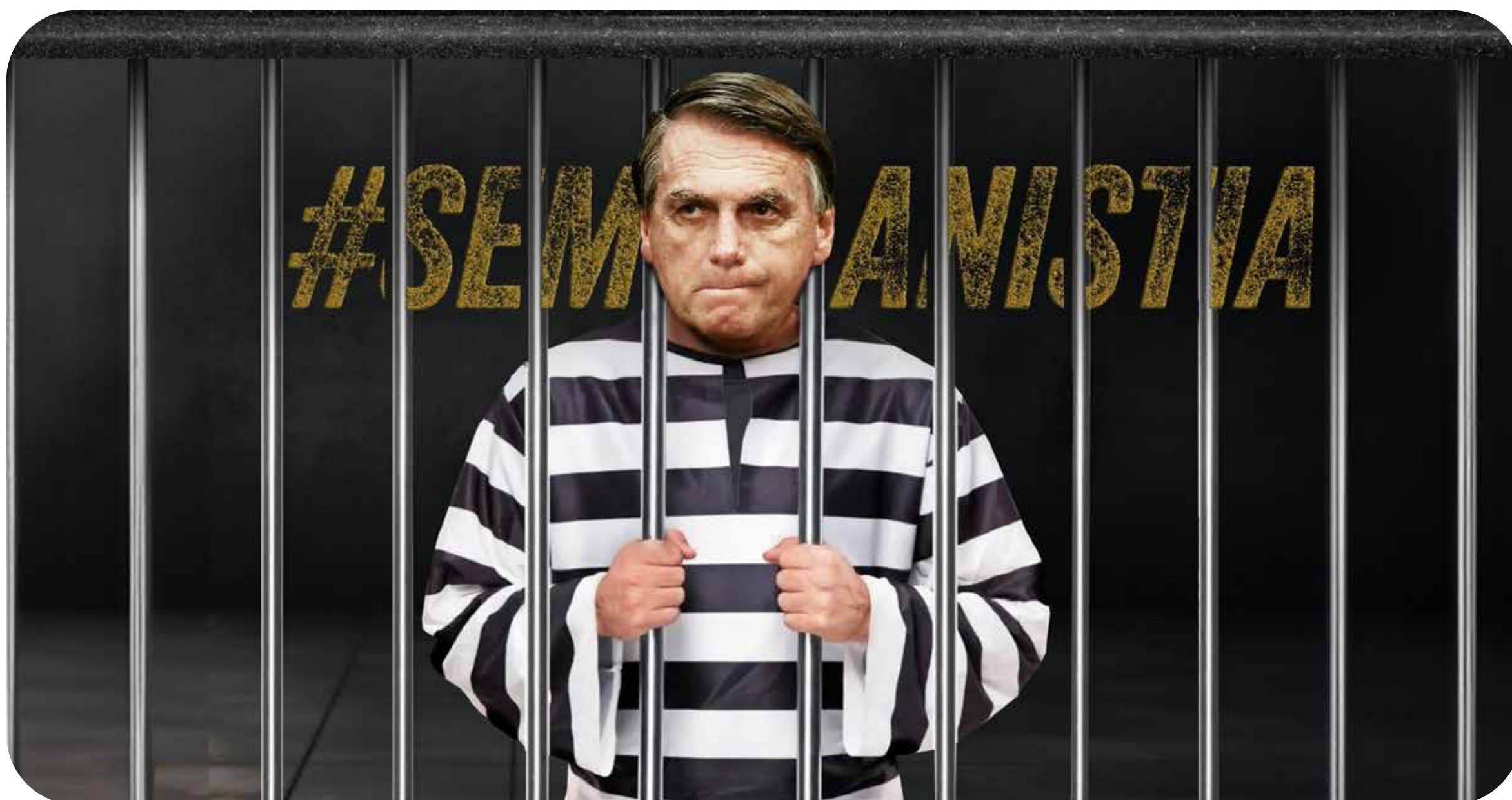
Porém, as centrais sindicais (CUT, CTB, Força Sindical, NCST, UGT, CSB, CESP, Pública, Intersindical-CCT), com exceção da CSP-Conlutas, compareceram em peso na atividade de lançamento e apresentam esse programa como uma grande conquista da classe trabalhadora sob o governo Lula. Cumprem, assim, o vergonhoso papel de serem o porta-vozes do governo no movimento sindical.■

NA PRÁTICA, O GOVERNO OPTA POR BENEFICIAR AINDA MAIS OS BANCOS COM ESSA MEDIDA, AO INVÉS DE ATACAR OS LUCROS DOS GRANDES EMPRESÁRIOS PARA MELHORAR A RENDA DOS TRABALHADORES.

SEM ANISTIA

Bolsonaro virou réu: punição e cadeia para todos os golpistas

 JÚLIO ANSELMO
DA REDAÇÃO



Bolsonaro se tornou réu pelo crime de tentativa de golpe de Estado. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) já era esperada e não traz muitas novidades. Está mais do que demonstrado que as manifestações do “8 de janeiro” foram organizadas, financiadas e construídas pelos golpistas ligados ao Palácio do Planalto, como uma forma de tentar criar um caos para gerar as condições para um golpe.

Todas as provas e evidências revelam a tentativa de, por uma medida de força, alterar o resultado eleitoral e desferir um golpe reacionário. Isto teria significado o fechamento do regime político e a instalação do projeto autoritário capitalista defendido por esta ultradireita bolsonarista.

Se Bolsonaro tivesse sido vitorioso, não se voltaria apenas contra as instituições desta

democracia dos ricos, ou o PT e demais partidos da ordem. Seria um ataque contra as liberdades democráticas e todas as organizações sociais, populares e dos trabalhadores. Tudo para aprofundar ainda mais a exploração e a opressão, fazendo tudo que os grandes monopólios capitalistas querem. Nesse sentido, a luta pela punição de Bolsonaro e todos os golpistas é fundamental para fortalecermos a luta dos trabalhadores e trabalhadoras. A suposta democracia sob a qual vivemos é ilusória, sendo uma real democracia apenas para os ricos, os bilionários e as grandes empresas. Para os trabalhadores é só sangue, suor e porrada. Mas, uma ditadura capitalista, como a defendida por Bolsonaro, seria ainda pior.

Por isso, defender as conquistas e liberdades democráticas é fundamental, pois isto possibilita um melhor terreno para a luta dos próprios trabalhadores.

HIPOCRISIA

Sem anistia para golpistas

Há uma campanha dos bolsonaristas pedindo anistia. Estão chorando nas redes sociais, dizendo que muitos inocentes foram presos, enquanto Bolsonaro insiste que não cometeu crime algum.

São hipócritas ao falarem sobre a “seletividade da justiça”. No Brasil, a justiça é seletiva, mas contra a população pobre e negra das periferias, que são presos, assassinados e violentados todos os dias pelo Estado. Os ricos e seus crimes

de Estado ficam sempre impunes. A manifestação bolsonarista em 8 de janeiro não tem nada a ver com legítimas manifestações dos trabalhadores, como a manifestação contra a Reforma Trabalhista, em 2017, na Esplanada dos Ministérios, contra Temer, a “Marcha dos 100 mil”, contra o FHC, as diversas manifestações contra o machismo, a LGBTIfobia e o racismo, contra a Reforma da Previdência de Lula, em Brasília, ou mesmo o “Junho de 2013”, em todo Brasil.

Uma coisa são manifestações populares, com reivindicações dos trabalhadores e do povo. Outra é um movimento exigindo um golpe reacionário, com apoio dos militares e da Presidência da República, para não reconhecer o resultado eleitoral. O problema do “8 de janeiro” não foram as depredações ou as ações violentas.

Várias manifestações legítimas dos trabalhadores em defesa de seus direitos, diante de uma indignação muito grande e apoio de massa, também já foram violentas e enfrentaram a repressão policial. A questão, aqui, é o sentido e a serviço do que estas ações estiveram. O que foi feito por Bolsonaro foi um atentado contra as

OPOSIÇÃO DE ESQUERDA

Para derrotar de vez o golpismo, é preciso enfrentar o governo Lula e sua política econômica

Lula foi eleito com a promessa de que derrotaria Bolsonaro, a extrema direita e os golpistas. Mas vem fazendo um governo capitalista que, em

última instância, ajuda a ultradireita, ao aprofundar a exploração dos trabalhadores, deixando ainda mais margem para o fortalecimento desta extrema direita. As mais recentes pesquisas mostram isso. É um escândalo, por exemplo, que parte da base do governo esteja articulando votar pela anistia dos bolsonaristas.

Como se não bastasse, segue negando-se a enfrentar os golpistas, não mexeu na cúpula das Forças Armadas ou nas academias militares, nem moveu uma palha contra o artigo 142 da Constituição, utilizado pelos golpistas. E o pior é que, enquanto Bolsonaro está na defensiva jurídica (enquanto fechávamos esta edição a Procuradoria Geral da República – a PGR – analisava um pedido de prisão preventiva), Lula se limita a jogar as expectativas e confiança no STF e em Alexandre de Moraes, como se eles fossem grandes defensores das liberdades democráticas e dos interesses da classe trabalhadora.

O STF e todo sistema judiciário burguês também são representantes dos interesses dos bilionários capitalistas que, sempre quando precisam, dão trauletadas contra os trabalhadores. Tampouco se pode confiar na alta cúpula militar. Se houve um setor que receava apoiar o golpe, foi muito mais por sentirem que não havia correlação de forças para tal, do que por sentimentos de amor às liberdades democráticas. Isso reforça que, para derrotar de uma vez por todas a ultradireita, é preciso enfrentar o governo do PT e a sua política de Frente Ampla com setores da direita, o Centrão e até mesmo setores da ultradireita. ■

DITADURA NUNCA MAIS

Mais de 300 perseguidos foram julgados pela Comissão de Anistia

O grupo formado por militantes da ex-Convergência Socialista teve 12 anistiados



Entre 25 e 27 de março, a Comissão de Anistia, ligada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, julgou 316 casos de perseguidos políticos durante a ditadura.

Os julgamentos são importante conquista dos trabalhadores, após anos de luta em busca de uma justiça de transição que englobe a busca pela verdade; a preservação da memória, para que não se esqueça e nunca mais aconteça; o direito à justiça e a reparação.

Dentre os anistiados neste final de março, constam 12 pessoas ligadas à ex-Convergência Socialista, o principal agrupamento que deu origem ao PSTU: Ana Luiza Figueiredo Gomes, Cyro Garcia, Eduardo Almeida Neto, Elias José Alfredo, Fátima Cristóvão Messias, Fernando Antonio Soares, Marcos Margarido, Maria Julia Vergete Menezes, Nanci Helena Duarte, Nilson José Zoccaratto, Oraldo Soares Paiva e Raymundo Alves Dias. Vitória muito importante!

EM NOME DA MEMÓRIA, DA JUSTIÇA E DA VERDADE

A ditadura militar (1964-1985) foi marcada por inúmeras perseguições políticas, torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados.

Milhares de trabalhadores e ativistas foram vítimas da repressão, além da imposição do terror a trabalhadores rurais e urbanos e o massacre indígena.

Muitos foram demitidos e tiveram suas vidas monitoradas pela ditadura. Ana Luiza, por exemplo, era bancária, em Porto Alegre (RS), foi demitida “por justa causa”, em 18 de setembro de 1979, por ter participado de uma greve. A base jurídica reivindicada pelo banco foi o Decreto-Lei 1632, de 04 de agosto de 1978, do então presidente-ditador Ernesto Geisel. Além disso, ela sofreu com monitoramento cotidiano, entre 1979 e 1988, fato confirmado nos arquivos da própria ditadura.

O reconhecimento pelo Estado dos crimes da ditadura e de sua responsabilidade nos atos e violações dos direitos humanos, bem como o consequente pedido de desculpas, constituem conquistas fundamentais na luta pelas liberdades democráticas. As decisões dos julgamentos implicam, também, em reparações econômicas àqueles e àquelas perseguidos politicamente no período de 1946 a 1988.

O RECONHECIMENTO PELO ESTADO DOS CRIMES DA DITADURA E DE SUA RESPONSABILIDADE NOS ATOS E VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS, BEM COMO O CONSEQUENTE PEDIDO DE DESCULPAS, CONSTITUEM CONQUISTAS FUNDAMENTAIS NA LUTA PELAS

É PRECISO AVANÇAR NAS REPARAÇÕES

Ataques à Comissão de Anistia

A Comissão da Anistia foi criada em 2002 para reparar milhares de vítimas das violações dos direitos humanos cometidas pelo regime ditatorial, mas a lentidão dos processos e a falta de recursos têm sido a tônica do trabalho. No governo Temer foi permitida a absurda interferência da Advocacia Geral da União (AGU) na análise dos processos, com o objetivo de criar obstáculos à concessão de anistia a milhares de perseguidos. E, hoje, na prática, os mesmos critérios e procedimentos burocráticos vêm sendo mantidos, utilizando a AGU para criar obstáculos jurídicos. A Comissão de Anistia é política e autônoma, não podendo admitir nenhum tipo de ingerência.

BOLSONARO E A COMISSÃO

A situação piorou muito com Bolsonaro, notório defensor da ditadura. A Comissão passou por um verdadeiro desmonte e foram realizados ataques à reparação das vítimas, incluindo o indeferimento sumário e em massa de processos ou a revisão de ações que já haviam sido anteriormente ganhas por anistiados.

No início de 2023, a Comissão de Anistia retomou as atividades finalizando o ano de 2024 com 1.556 requerimentos julgados. No período, foram apreciados recursos de processos protocolados durante os dez primeiros anos de funcionamento da Comissão, entre 2001 e 2010. Foram apreciados oito requerimentos de anistia coletivas e cerca de 1.500 requerimentos

individuais, avançando bastante nos julgamentos dos processos protocolados entre os anos de 2001 e 2010. Alguns julgamentos foram emblemáticos, como as anistias coletivas das comunidades indígenas Krenak e Guarani Kaiowá. Os povos indígenas chegaram a beirar o extermínio em função das ações criminosas dos governos durante a ditadura.

MUITO TRABALHO A SER FEITO

Em 2025, estão previstos julgamentos de anistias coletivas e individuais. Com o desmonte sofrido sob os governos Temer e Bolsonaro, estima-se, segundo informações da própria Comissão, que, hoje, temos represados (entre recursos e julgamentos novos) mais de 8 mil processos. Portanto, o número das análises ainda é baixo, diante da urgência dos casos. Mas a média de processos deferidos até agora é de apenas 10%, um número que tem gerado frustração entre aqueles e aquelas que esperavam um avanço significativo neste campo.

“Apesar dos esforços da Comissão, um dos principais entraves é a mentira sobre escassez de verbas, que funciona como argumento para dificultar a operacionalização das revisões dos pedidos. Tem verba para o agronegócio, para pagar a Dívida Pública e para enriquecer banqueiros e fazer barganha com parlamentares, mas não tem para as campanhas salariais dos servidores públicos ou para anistiar os hoje indesejados anistiados”, explica Luiz Carlos Prates, o Mancha, da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, também anistiado político. ■



Militantes da CS presos realizaram uma greve de fome que duraram 14 dias em 1978

“BREQUE DOS APPS”

Entregadores realizam greve nacional por melhores condições de trabalho

 DA REDAÇÃO

Protestos dos entregadores em São Paulo

Os dias 31 de março e 1º de abril foram marcados por uma forte greve nacional dos entregadores de aplicativos. O “Breque dos Apps” teve um impacto enorme nos serviços de entrega. A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes de São Paulo (Abrasel-SP), de acordo com o jornal “O Globo”, estimou que as entregas via delivery caíram 100% nas empresas que dependem exclusivamente das plataformas, como o Ifood e Rappi.

Restaurantes que operam em mais de uma plataforma sentiram impacto menor, mas ainda relevante, com queda no volume de pedidos entre 70% e 80%, considerando a demanda de

uma segunda-feira comum. Já os estabelecimentos que entregam seus próprios pedidos, sem demandar entregadores de plataformas, registraram aumento de até 50% na demanda.

Foram dois dias de greve, com adesão em dezenas cidades. O breque foi organizado pelos entregadores, via grupos de WhatsApp e redes sociais, e conseguiu a adesão em 20 estados, segundo os organizadores, afetando plataformas como Ifood, Uber Flash e 99 Entrega, em cerca de 60 cidades pelo país.

REINVIDICAÇÕES

Os entregadores de aplicativos reivindicam o reajuste da taxa mínima (de R\$ 6,50 para R\$ 10,00 por entrega); aumento das despesas por milhas rodadas (de R\$ 1,50 para R\$ 2,50); limitação das rotas de bicicleta (máximo de 3 km por pedido) e pagamento de taxa integral por entrega, ou seja, que cada entrega seja paga integralmente, sem cortes que consideram arbitrários, quando há múltiplos pedidos no mesmo trajeto.

No “Breque dos Apps”, os trabalhadores usaram faixas e cartazes destacando o modelo de trabalho e a forma de remuneração aplicada pelas plataformas aos entregadores. Os manifestantes usam o termo “escravidão moderna”, como forma de intitular a relação. Fabiano Lima, motoboy em Fortaleza (CE), afirmou que “a causa é justa e o objetivo da mobilização é valorizar a classe”. “É uma luta em todo o Brasil. A gente quer melhoria nas taxas e condições de trabalho. Só assim os aplicativos

vão entender”, afirmou Fabiano, durante o protesto em frente ao MC Donalds, em Fortaleza (CE).

NOVO DIA DE LUTA

Apesar da forte paralisação, a reunião entre grevistas e representantes do Ifood, uma das principais empresas de aplicativos e que está no centro das reivindicações dos entregadores, terminou sem avanços.

Diante disto, os entregadores falam em organizar uma nova mobilização, no dia 2 de maio. A luta dos trabalhadores e trabalhadoras entregadores de aplicativos é mais do que justa e necessária! Todo apoio! A luta e a organização da categoria são os caminhos que podem garantir conquistas!

**OS ENTREGADORES FALAM
EM ORGANIZAR UMA
NOVA MOBILIZAÇÃO, NO
DIA 2 DE MAIO. A LUTA
DOS TRABALHADORES
E TRABALHADORAS
ENTREGADORES DE
APLICATIVOS É MAIS DO
QUE JUSTA E NECESSÁRIA!**

GREVE

Petroleiros de todo o país cruzaram os braços no dia 26 de março



Petroleiros em greve em Belém (PA) | Foto: Sindipetro PA/AM/MA/AP

Petroleiros de todo o país paralisaram suas atividades no dia 26 de março contra uma série de ataques que a direção Petrobras vem desferindo contra a categoria.

A mobilização começou contra a medida arbitrária da empresa em aumentar o trabalho presencial, sem negociar com os sindicatos. A medida afeta milhares de trabalhadores que foram obrigados a se adaptar ao teletrabalho e, agora, estão sendo obrigados a voltar à modalidade presencial sem nenhuma discussão. Como se fosse pouco, a Petrobras reduziu em

30% o valor da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) que tinha anunciado que pagaria aos trabalhadores.

Esses problemas, que foram o estopim para o atual movimento grevista, na verdade, são apenas os elementos mais visíveis dentro de uma piora constante das relações de trabalho dentro da companhia. Tudo isso combinado com uma gestão autoritária por parte da atual presidenta, Magda Chambriard.

NEGOCIAÇÃO

A paralisação de 24 horas foi um sucesso. A greve atingiu todas as unidades da Petrobrás, o que forçou a empresa a convocar uma reunião de negociação, que acontecia quando fechávamos essa edição do Opinião Socialista. Se as negociações não avançarem, está colocada a possibilidade de uma greve nacional por tempo indeterminado. ■

“A FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PETROLEIROS (FNP) E SEUS SINDICATOS JÁ SINALIZAM A POSSIBILIDADE DE UMA GREVE NACIONAL UNIFICADA, COM DATA A SER DEFINIDA ENTRE ABRIL OU MAIO, CASO AS TRATATIVAS NÃO AVANCEM”, AFIRMA EDUARDO HENRIQUE, MILITANTE DO PSTU, SECRETÁRIO-GERAL DA FNP E DIRETOR DO SINDIPETRO-RJ.

MINISSÉRIE “ADOLESCÊNCIA”

O que faz um jovem odiar?



JORGE H. MENDOZA,
DE SÃO PAULO (SP)



Foto: Netflix | Divulgação

Avassaladora. Se eu precisasse escolher uma palavra para definir a nova minissérie britânica da Netflix, “Adolescência”, seria essa. Lançada no último dia 13, a produção se tornou um sucesso de público e crítica.

Talvez o segredo esteja na forma simples com que aborda temas complexos. Escrita por Jack Thorne, produzida por Stephen Graham e dirigida por Philip Barantini, a série tem apenas quatro episódios e conta a história de Jamie Miller, um garoto de 13 anos, acusado de assassinar uma colega de escola.

Trata-se de uma série policial, mas que vai além do “quem matou”, e mergulha no “por que matou”. Não há cenas de violência explícita, nem sangue – o desconforto é psicológico.

UMA ESCOLHA TÉCNICA QUE POTENCIALIZA O DRAMA

Todos os episódios são filmados em planos sequência, ou seja, sequências em que a câmera se movimenta sem cortes: cada episódio é uma única tomada de uma hora. O resultado é uma imersão completa na subjetividade dos personagens, sem alívio, sem distanciamento. No primeiro episódio, acompanhamos a prisão de Jamie e a reação de seu pai, que aos poucos deixa de vê-lo como um menino inocente e passa a entender que seu filho pode mesmo ter cometido um crime brutal.

A pergunta que fica é: será que conhecemos nossos jovens? Sabemos o que se passa em suas cabeças?

IDEOLOGIAS TÓXICAS E VULNERABILIDADE , ADOLESCENTE

Aos poucos, vamos descobrindo as ideologias por trás do crime: o envolvimento de Jamie com subculturas como “red pills”, os “incels”, a “manosfera” etc. (leia no “glossário abaixo). E não se trata de culpar o jovem isoladamente por isso, mas de entender como esses discursos ganham força entre adolescentes, inclusive meninas, já que a própria vítima provocava Jamie, zombando dele, por ser “incel” (ou seja, incapaz de ter relacionamentos).

A série mostra como essas ideologias oferecem respostas fáceis a jovens inseguros, isolados, muitas vezes frustrados. Emoções, como tristeza, raiva e vergonha, se misturam e, sem uma educação emocional, podem escalar para comportamentos destrutivos.

Jamie, por exemplo, acreditava que a vítima estaria fragilizada e que poderia ser facilmente subjugada. Mas quem acaba humilhado é ele. O enredo não oferece respostas fáceis, apenas camadas de desconforto.

ENTRE PAIS E FILHOS: O ABISMO EMOCIONAL

A puberdade é momento de transformação profunda, de reestruturação simbólica, e de vulnerabilidade. O distanciamento do núcleo familiar é natural nesse período, mas quando não há apoio emocional e compreensão, o risco aumenta — ainda mais na era das redes sociais, onde estamos, ao mesmo tempo, expostos e sozinhos.

Esse é o ponto central: há um abismo entre pais e filhos. Isso piora uma cultura que constrói a masculinidade como repressão emocional. Um dos monólogos do pai de Jamie revela isso. Criado para “não chorar” e “aguentar”, ele tentou fazer diferente com o filho – e, ainda assim, falhou. Onde errou? De quem é a culpa?

UMA TRAGÉDIA CONTEMPORÂNEA QUE NOS ATRAVESSA

De todos nós, enquanto sociedade. Todos os personagens são, ao mesmo tempo, culpados e inocentes. Isso faz de “Adolescência” uma tragédia clássica.

A série trata de opressão e violência contra mulheres sem usar um discurso abertamente centrado nas mulheres e suas lutas. O foco está em Jamie e seu pai. É a história de um homem que tentou ser um bom pai e falhou. Isso diminui

a importância da luta das mulheres? Pelo contrário. Mostra que ou mudamos todos – especialmente os homens – ou nada mudará.

“Adolescência” é uma série necessária.

Recomendo a todos que convivem com jovens, mas, especialmente, para nós, homens. Em um mundo atravessado por violência e opressão, ela nos convida a repensar o que significa ser homem. ■

A série mostra como ideologias misóginas oferecem respostas fáceis a jovens inseguros, isolados, muitas vezes frustrados. Emoções, como tristeza, raiva e vergonha, se misturam e, sem uma educação emocional, podem escalar para comportamentos **destrutivos**.



SAIBA MAIS

Glossário

INCEL

Sigla para “involuntary celibate” (“celibatário involuntário”), termo usado por homens que se identificam como incapazes de manter relações afetivo-sexuais. Muitos fóruns incels cultivam discursos de ódio contra mulheres, culpando-as por sua solidão.

REDPILL

Termo inspirado no filme Matrix, refere-se à “pílula vermelha” que revelaria a “verdade oculta”. Em comunidades online, é associado à crença de que os homens estão sendo oprimidos por um sistema feminista e que precisam “acordar” para isso.

MISOGINIA

Ódio, desprezo ou preconceito contra mulheres. Pode se manifestar de forma explícita (violência, agressões) ou sutil (piadas, exclusões, estereótipos).

MASCULINISMO

Movimento que se apresenta como uma resposta ao feminismo, focando nos “direitos dos homens”. Em muitos casos, serve de base para discursos antifeministas e para a negação das desigualdades de gênero. No mundo online, se organizam em comunidades que formam a chamada “manosfera”.



“Atos do 1º de Maio têm que ser sem amarras com governos e patrões”

 ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO



Atnágoras Lopes, membro da secretaria executiva nacional da CSP-Conlutas

A CSP-Conlutas lançou um manifesto convocando atos de luta, classistas e internacionalistas, no 1º de Maio. O Opinião Socialista conversou com o Atnágoras Lopes, militante do PSTU e membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas.

A CSP-Conlutas lançou um manifesto chamando a construção de atos classistas no 1º de Maio. Qual a importância desses atos?

É a de cumprir um dever classista e que se torna mais necessário ainda diante da atual conjuntura; quando, de um lado, devemos exigir a condenação e prisão de todos que participaram e financiaram a tentativa de golpe no 8 de janeiro de 2023; e, do outro, enfrentar

os ataques do governo Lula e dos governos das demais esferas de poder.

Lula, desde que assumiu, tem governado submisso a um Arcabouço Fiscal que, na essência, é um cumprimento dos interesses dos organismos internacionais e dos bancos, para que eles possam abocanhar 50% do orçamento do país, como aconteceu em todos os governos anteriores, com amortização e pagamento de juros da dívida pública.

O que estamos vendo no quinto governo do PT é manutenção da desigualdade social e da concentração de riquezas nas mãos de poucos bilionários. Não há política alguma de mudança estrutural e de atendimento das necessidades imediatas da classe trabalhadora, como a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários e direitos.

Além disso, o déficit habitacional segue alto, com milhões de pessoas sem direito à moradia; a reforma agrária não avança, assim como a demarcação das terras indígenas e titulação dos territórios quilombolas. O governo ainda aplica uma política internacional subserviente aos interesses do imperialismo e mantém relações econômicas com o Estado de Israel, que comete um genocídio contra o povo palestino.

Essas pautas precisam ser defendidas no 1º de Maio. Em torno delas fizemos um chamado e estamos dialogando com várias organizações que não irão subir nos atos-palanques governamentais e patronais. A importância é

demarcar um 1º de Maio internacionalista, classista, sem amarras com governos e patrões.

Como está se dando a construção dos atos classistas? Quais pontos são importantes para a construção dessa unidade?

Estamos trabalhando em diálogo com outras organizações políticas e, principalmente, a partir de nossa intervenção nas lutas que estão ocorrendo, como a greve dos trabalhadores de aplicativo, a luta dos povos originários, a exemplo do Pará, que confronta a COP 30, que será mais um evento recheado de hipocrisia capitalista. Também estivemos na construção de plenárias unificadas, como ocorreu no último final de semana em São Paulo, pelo fim da escala 6×1; na luta de vários setores operários, como a greve dos petroleiros do dia 26; e tantos outros processos de lutas. Assim, vamos fazendo a defesa da construção de um 1º de Maio internacionalista, classista, de oposição de esquerda ao governo Lula e de enfrentamento com a ultradireita, exigindo a prisão dos golpistas do 8 de janeiro.

As centrais sindicais governistas irão realizar atos-festa em São Paulo. Como você avalia isso e o papel dessas centrais hoje?

São atos festivos e de conciliação de classe. Realizam sorteios de carros financiados por empresas. É um apagamento do perfil de luta, de classismo, de independência diante dos governos e patrões, que marcam a própria história do 1º de Maio, que é o Dia Internacional do Trabalhador. Uma data marcada por greves, lutas e enfrentamentos que obtiveram conquistas históricas para a classe trabalhadora

mundial. Conquistas essas ameaçadas permanentemente. As grandes centrais sindicais buscam apagar esse espírito de luta e revolucionário do 1º de Maio.

As cúpulas políticas dessas centrais defendem o governo e não os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras. Mesmo em momentos de polêmicas, como agora, quando a CUT questiona o sorteio dos carros, o que é essencial – o caráter festivo, governista e de conciliação de classes dos atos – não entra na discussão. Por isso, a CSP-Conlutas, junto com outras organizações políticas, como PSTU, vai realizar atos alternativos, com caráter internacionalista e classista, em defesa das pautas históricas da classe trabalhadora e do socialismo.

Quais são as bandeiras de luta que serão defendidas pela CSP-Conlutas nos atos?

Dentre as bandeiras de lutas apresentadas no “Manifesto” da CSP-Conlutas podemos destacar o fim da escala 6×1, combinado com a histórica luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários e direitos; reforma agrária sem indenização, sob controle dos trabalhadores; titulação das terras quilombolas; demarcação de todas as terras indígenas e não ao Marco Temporal; fim das privatizações, revogação das reformas Trabalhista e Previdenciária; combate a todas as formas de opressão; legalização do aborto, seguro e gratuito; direito à moradia popular e pelo fim dos despejos; todo apoio à resistência palestina, que Lula rompa as relações diplomáticas, econômicas e militares com o Estado genocida de Israel e todo apoio à resistência ucraniana. ■

AS CÚPULAS POLÍTICAS
DESSAS CENTRAIS DEFENDEM O
GOVERNO E NÃO OS INTERESSES
DOS TRABALHADORES E
TRABALHADORAS. POR ISSO, A
CSP-CONLUTAS, JUNTO COM
OUTRAS ORGANIZAÇÕES
POLÍTICAS, VAI REALIZAR
ATOS ALTERNATIVOS, COM
CARÁTER INTERNACIONALISTA
E CLASSISTA, EM DEFESA
DAS PAUTAS HISTÓRICAS DA
CLASSE TRABALHADORA E DO
SOCIALISMO.

[CLIQUE AQUI](#)

*Manifesto da CSP-Conlutas:
construir um 1º de maio de
luta, classista e internacionalista*